

Quem é e o que pensa o presidente do Tribunal



Gestão da EPM focou no aprimoramento

Comesp, o TJSP no combate à violência contra a mulher

Magistrado de Araraquara é referência na administração judiciária

Museu do TJSP: proteção às tradições





| Editorial | |
|--|----|
| O desafio dos números | 3 |
| Capa | |
| Filho, você vai ser juiz O lado humano do presidente do Tribunal de Justiça | 6 |
| Acontece | |
| Aprimorar com qualidade Gestão da EPM marcada pelo enfoque no aprimoramento de magistrados e servidores | 11 |
| Boas-vindas aos novos magistrados Justiça paulista recebe 78 juízes substitutos que passaram no 185º Concurso da Magistratura | 14 |
| Como funciona | |
| Comesp: prevenção e enfrentamento à violência contra mulher Coordenadoria tem trilhado grande batalha para garantir acesso à Justiça para brasileiras | 19 |
| Bem-estar | 21 |
| Boas práticas | |
| Um senhor administrador O juiz que há mais tempo dirige um fórum do Judiciário paulista | 22 |
| Leitura jurídica | 25 |
| Memória História Viva Museu do TJSP: compromisso em proteger tradições e conquuistas do Judiciário bandeirante | 26 |
| Imagens Abertura do Ano Judiciário 2016 | 28 |



O desafio dos números

A Justiça de São Paulo, a maior e uma das mais exigidas seções do Poder Judiciário nacional, tem enfrentado corajosamente o desafio representado pelos números de seu movimento

acordo com relatório Justiça em Números, do Conselho de Justica, Nacional em São Paulo 2014 possuía, nos dois graus de jurisdição, 20.363.485 acervo de processos, correspondentes a 28,75% do total nacional; e recebeu 5.788.616 processos 20,04% do total. novos, Concretamente, esse aporte foi superior à distribuição de toda a Justiça do Trabalho (3.990.500 processos), de toda a Justiça Federal (4.052.021); e correspondeu a 40,32% dos casos novos de todos os demais Estados, somados (14.353.366).

O desafio de responder a essa demanda, a maior do Judiciário nacional, coube a um contingente de 2.637 juízes e desembargadores, considerados os cargos efetivamente providos. Esse

número equivalia a 15,58% dos quadros da Magistratura nacional, fração menor do que as de acervo e distribuição; mas São Paulo ainda assim baixou, no ano, 5.320.041 processos – correspondentes a 18,76% do resultado total nacional. Para que se cheque esse índice, é preciso multiplicar o número juízes por aproximadamente 1,2; o que quer dizer que a contribuição de São Paulo para o total de processos baixados foi cerca de 20% maior do que a participação de sua Justiça no conjunto da Magistratura nacional.

Também individualmente, portanto, São Paulo está entre as mais exigidas seções do Poder Judiciário nacional. Em média, cada juiz em São Paulo tinha em acervo 7.722 processos; nos demais Estados, a média era de 4.096 processos

por juiz, e nos outros ramos da Justiça (Trabalho, Federal, Eleitoral, Militar e Tribunais Superiores), de 2.572. magistrado paulista recebeu 2.195 processos novos; nos demais Estados, o número foi de 1.596, e nos outros ramos, 1.650. E mesmo nessas condições desfavoráveis, o juiz de São Paulo baixou 2.017 processos, superando nisso também as médias dos demais Estados e ramos da Justiça – que foram, respectivamente, de 1.626 e 1.588 processos.

No biênio que se inaugura, o compromisso da Presidência do Tribunal é o de se aproximar de cada um dos magistrados que se unem nesse esforço comum e prestar-lhes o apoio necessário para, apesar de todas as dificuldades e restrições orçamentárias, aprimorar a eficiência da Justiça paulista.

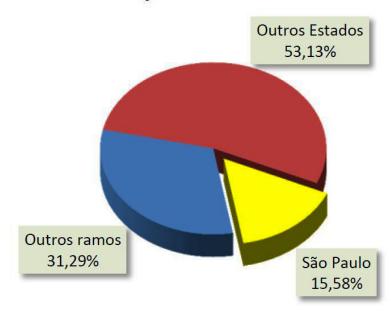
PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI Presidente do TJSP



A proporção de casos novos para cada grupo de 100 mil jurisdicionados é de 9.119,7 na Justiça dos Estados; 1.911,2 na Justiça Federal; e 1.574,1 na Justiça do Trabalho.

O número de casos novos em São Paulo aumentou 1% em relação a 2013. No conjunto dos Estados houve queda de 2%, enquanto que no Poder Judiciário como um todo, houve aumento de 1,1%.

Percentual de Juízes de São Paulo, demais Estados e outros ramos da Justiça no total nacional - 2014

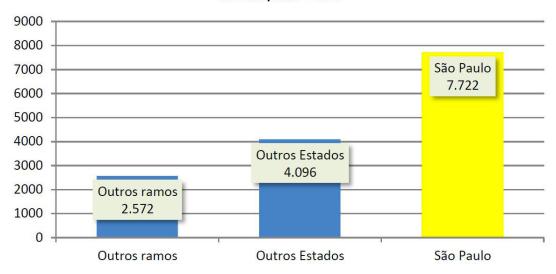


Percentual de acervo de São Paulo, demais Estados e outros ramos da Justiça no total nacional - 2014

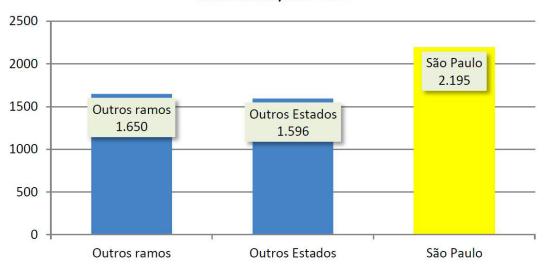




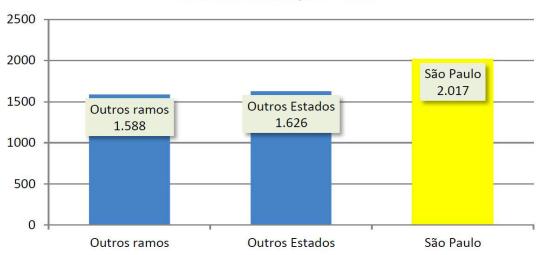
Acervo/Juiz - 2014



Casos Novos/Juiz - 2014



Processos Baixados/Juiz - 2014







"Filho, você vai ser juiz"

Luciano Mascaretti queria ter estudado direito, mas formou-se em contabilidade. Dizia sempre aos quatro filhos que um deles seria juiz.

O segundo concretizou o sonho do pai, que não viveu tempo suficiente para vê-lo vestindo a toga nem dirigindo a maior Corte de Justiça do mundo. Nesta edição, **JustiçaSP** mostra o lado humano do desembargador que hoje conduz o Tribunal de Justiça de São Paulo

uando o italiano João de Bellis, que vendia sorvete na praça, casou-se com a bragantina Rita Alves de Bellis, não imaginou que dentre seus três filhos – um médico (já falecido) e um comerciante –, seria a moça da família, a filha professora, que enfrentaria uma vida cheia de dificuldades, advindas de uma viuvez precoce. Também não imaginou que entre os netos que Nilde (ainda hoje lúcida, aos 85 anos) lhe daria, um deles chegaria ao cargo de presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O alfaiate André Batista Mascaretti e a dona de casa Beatriz Mascaretti, que ainda jovens vieram da Itália e se fixaram em Bragança Paulista, também não imaginavam que seu filho Luciano, por causa de uma leucemia, deixaria a vida aos 52 anos e, ao partir, legaria a responsabilidade da criação de quatro filhos para a esposa Nilde, uma professora da rede estadual de ensino que não tinha renda mensal suficiente para a manutenção da casa e o custeio dos estudos dos filhos Lúcio, Paulo, Lúcia e Luiz.

As crianças, que antes esperavam ansiosas, na residência do Bairro do Ipiranga e na companhia dos avós, os presentes que Papai Noel sempre trazia em cada Natal, depararam -se com a dor da ausência paterna, já que Luciano era muito presente na relação familiar. "Eu tinha de 16 para 17 anos e meu irmão caçula estava com nove. Meu pai faleceu 17 dias após o aparecimento da leucemia, isso em 1972", diz Paulo Dimas. "Era muito agarrado a ele e sua morte foi impactante em todos os aspectos. Meu irmão mais velho





e eu já trabalhávamos nessa época. Ele, na contabilidade com meu pai, e eu, que fazia o colegial à noite, durante o dia trabalhava em uma pequena copiadora. Era trabalho artesanal, com algumas coisas que nem existem mais, tipo cópias heliográficas, mimeógrafos..."

Cada um dos filhos ajudava como podia nas despesas da casa. As atividades na copiadora persistiram até o ano de 1977, quando o jovem Paulo se formou pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, em 1979, passou no concurso do Ministério Público de São Paulo. "Entrei na São Francisco quando meu pai faleceu e isso acarretou dificuldades até para fazer estágio. Quando me

formei, estudei com mais afinco para o exame da Ordem e, incentivado por um amigo, também para o concurso do Ministério Público. Fui aprovado e lá fiquei por quase quatro anos, onde fui muito feliz. Mas como meu pai sempre dizia que queria que eu fosse juiz, em 1983, prestei concurso para a Magistratura."

Dona Nilde – que é definida pelo filho como "uma guerreira, uma lutadora que assumiu toda a responsabilidade de criar os filhos e suprir a ausência de meu pai" – sabe hoje que o filho é presidente do TJSP. Paulo Dimas lembra como ela ficou orgulhosa, há dez anos, quando foi promovido a desembargador. "Nessa época

estava excelente. De uns três anos para cá, ela tem dificuldades com a memória presente."

Paulo Dimas confidencia que, quando criança, lá pelos 12 anos, fazia teatro com o grupo de escola. Fez até curso de mágica e se apresentava a crianças carentes de internatos. Confessa, também, algumas travessuras de juventude como as brincadeiras que fazia com a irmã Lúcia, sempre sua vítima. Ele se orgulha da união que existe até hoje entre os irmãos.

Diz que, quando jovem, gostava das antigas casas de samba da Avenida Ibirapuera. Casouse duas vezes. Na primeira vez, tanto ele como a esposa tinham 22 anos. Dessa união, que durou





16 anos, nasceram Thiago, hoje com 35 anos, Vinícius, com 33, e Bruno, com 31. Hoje todos são casados e já deram a ele três netos (duas meninas e um bebê a caminho).

Há 20 anos está casado com Vanessa Mascaretti e mais dois meninos vieram para fazer parte da família: Paulo Júnior, de 18 anos, e Rafael, que tem 11. O mais velho quer estudar Biologia, o caçula fala em seguir os passos do pai. De hábitos simples, Paulo Dimas diz que gosta muito de viajar pelo interior e litoral de São Paulo. No exterior foi poucas vezes. "A lua de mel foi nos Estados Unidos. Conheço o México e alguns países da América Latina."

Neste ano, sua rotina foi modificada. Quase não tem tempo para mais nada. Só não abre mão da prática de alguns esportes como tênis, ciclismo e caminhada e – o mais importante – não abre mão de ser a pessoa que sempre foi antes de assumir o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Texto: Rosângela Sanches Fotos: Gedeão Dias e Acervo da família







Paulo Dimas, segundo Vanessa Mascaretti

"Marido, pai, avô, filho amoroso, compreensivo, equilibrado e muito presente. Prestativo, trata todas as pessoas com muito respeito. Gosta muito de organização. Tem um grande espírito de liderança, preservando sempre a humildade. Como marido e pai, procura nos ajudar sempre, no que for preciso, sem medir esforços. Conclusão: um grande homem com muitas qualidades e poucos defeitos."

O que pensa Paulo Dimas sobre:

Vida: Quando se fala em vida, fala-se em trabalho, honestidade e família.

Dinheiro: Ter o suficiente e na medida certa para criar bem os filhos.

Trabalho: Representa motivação, comprometimento, ideal. Nem sempre a pessoa trabalha no que gosta, mas amor e dedicação é sempre fundamental.

Amor: O sentimento mais importante na vida das pessoas. Existem várias formas de amor, como entre homem e mulher, paterno, o amor pelo trabalho. Mas o amor pelos filhos, me parece, é algo que não termina nunca. Quem não ama é uma pessoa frustrada.

Fé: Acredito em Deus e acho que sua força quiou meus passos até aqui.

Esperança: Sempre vejo tudo com otimismo. Acho sempre que as coisas podem melhorar.

Caridade: Procuro ajudar sempre e gostaria de ter mecanismos de fazer mais pelas pessoas. Sempre que posso ajudo de alguma maneira, e encaminho o necessitado para uma situação melhor.

Conselho aos jovens: Vivam intensamente, mas de forma correta e honesta. Tenham sempre fé e esperança e procurem fazer o que gostam tanto na vida pessoal como na profissional. Não se deixem levar por modismos ou pressões de quem quer que seja. Temos que viver com liberdade e responsabilidade, principalmente buscando a felicidade.

Quando vê uma criança: Sempre vejo com muita emoção qualquer criança. Me dá tristeza ver crianças em situação de total abandono, total vulnerabilidade. Isso é a coisa mais triste do mundo... Uma criança em situação de miséria, de maus-tratos, é a imagem mais triste que pode existir.

País que gostaria de visitar: Itália.

Cidade brasileira que gostaria de conhecer: Natal.

Comida que mais gosta: Pizza (com qualquer recheio).

Lazer aos finais de semana: jantar com a família e ir ao cinema.

A crise brasileira: É mais uma crise moral. Hoje o grande problema que vejo é que as pessoas estão sem esperança e isso é muito preocupante.

futura: Continuar Pretensão trabalhando. Não tenho outros rumos. Quero continuar trabalhando corretamente, com seriedade e determinação. Quando terminar o biênio, volto para a minha Câmara até quando tiver força e motivação. Nada planejei quando entrei na carreira. Queria trabalhar como iuiz e fazer bem o meu trabalho. coisas foram acontecendo normalmente e me interessei muito pela vida associativa e pelas questões institucionais, e vou continuar sempre me interessando. Dentro das possibilidades, continuarei trabalhando na parte jurisdicional e institucional, para dar minha contribuição à Magistratura, ao Judiciário e à Justiça.



Gestão da EPM foi marcada pelo enfoque no aprimoramento de magistrados e servidores e pela administração democrática

om uma programação intensa de cursos, ciclos de palestras, seminários e diversas outras atividades, se encerrará, no dia 29/2, a gestão do biênio 2014/2015 da Escola Paulista da Magistratura (EPM), que esteve sob a direção do desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha. No dia 1º de março, assumiu a direção da Escola o desembargador Antonio Carlos Villen.

Desde o seu início, em 1º de março de 2014, a administração do biênio enfocou o aperfeiçoamento funcional dos magistrados e servidores do Judiciário paulista da capital e do interior, e primou pela atuação integrada da Diretoria e do Conselho Consultivo e de Programas na definição das diretrizes pedagógicas e na aprovação de todos os cursos e eventos, coordenados por magistrados.

Foi dada especial atenção aos cursos de formação dos juízes substitutos, com a realização do curso de formação inicial para os juízes do 183° Concurso de Ingresso (fase de vitaliciamento) e para os juízes ingressantes do 184° Concurso.

No mesmo sentido, foram promovidos dois cursos de juízes formadores, que acompanham os ingressantes durante o período de vitaliciamento; 15 cursos de aperfeiçoamento para os juízes que se movimentaram para varas diferentes daquelas nas quais se encontravam antes da remoção ou promoção (conforme exigido pelo Provimento 2.179/14 do Conselho Superior da Magistratura); e cursos exclusivos para magistrados sobre temas como Direito Civil, teorias da Justiça, gestão de pessoas, entre outros, além de fóruns informais de debates sobre temas de interesse da primeira instância, como o seminário "As tutelas de urgência e a efetividade da atuação judicial".



A Diretoria e o Conselho Consultivo também deram prioridade aproximação da Escola aos juízes servidores do interior. Com esse intuito, o diretor da EPM. também diretor da Escola Judiciária dos Servidores (EJUS), visitou todas as Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs), onde se reuniu com magistrados e funcionários para conhecer as necessidades de região е incentivar participação de todos nas atividades das Escolas do Tribunal.

Como resultado. foram promovidos vários eventos presenciais, complementando os cursos disponibilizados a distância pela EPM. O novo Código de Processo Civil foi tema de dois ciclos de debates oferecidos simultaneamente nas nove RAJs do interior, sendo que o primeiro teve mais de mil alunos e o segundo, a "Jornada sobre o novo CPC", foi realizada na sede da Escola e nos prédios de gabinetes de desembargadores das seções de Direito Público e de Direito Privado.

A direção também manteve contato permanente com os coordenadores regionais da Escola,

passando a promover também reuniões presenciais na sede, sendo que a última, realizada em janeiro, foi prestigiada pelo presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti; pelo corregedor-geral da Justiça, Manoel de Queiroz Pereira Calças; e pelos atuais diretor e vice-diretor da Escola.

Outra iniciativa em prol dos juízes do interior foi a organização dos Grupos de Apoio ao Juiz Substituto (GAJS), núcleos permanentes de magistrados formadores, que são estabelecidos nas RAJs para auxiliar os juízes substitutos, complementando a atuação dos juízes formadores individuais, que nem sempre estão na mesma comarca ou RAJ do formando, em razão de questões de logística e de promoções.

Foi incentivada ainda criação de núcleos de estudos exclusivos para magistrados, que atualmente somam nove grupos na capital e três no interior. Com reuniões periódicas, os núcleos facilitam o acesso às atividades da Escola aos magistrados, proporcionando um ambiente para compartilhamento de visões e experiências, pesquisas e

produção de conhecimento em várias áreas. Como resultado dos trabalhos dos integrantes desses núcleos e dos juízes professores dos cursos de pós-graduação, a EPM publicou edições temáticas do periódico Cadernos Jurídicos, sobre Direito Empresarial e Direito Constitucional e duas obras coletivas, que versaram sobre Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor.

Na área de pós-graduação demais cursos е eventos abertos à comunidade jurídica magistrados e (gratuitos para servidores), a EPM diversificou temas e também buscou levar os cursos para o interior. Foram promovidos 13 novos cursos de especialização, sendo seis no interior, e diversos outros cursos e eventos, todos disponibilizados auase também na modalidade distância, que abrangeram temas como arbitragem, clássicos do pensamento político, conciliação e mediação, direitos humanos, Ética, Direito Ambiental, Bancário, Civil, Eleitoral, Empresarial, Penal e Processual Penal e Urbanístico, Direito do Consumidor, Direito de







Família, improbidade administrativa, Infância e Juventude, Hermenêutica Constitucional e Filosófica, Marco Civil da Internet, políticas públicas, Propriedade Industrial, registro de imóveis e violência doméstica, entre outros temas.

Foram ministrados quatro cursos de formação de conciliadores e mediadores e dois de formação de instrutores em mediação, além de cursos específicos para funcionários de gabinetes de desembargadores e servidores e outros profissionais que atuam em áreas como a Infância e a Juventude e nas audiências de custódia.

A Escola sediou ainda fóruns de debates estaduais e nacionais: o IX Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (Fojesp), a IX Jornada da Lei Maria da Penha (em parceria com o Conselho Nacional de Justiça), dois seminários do Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo (Foccosp), as duas primeiras edições do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec) e o XVII Encontro do Fórum Nacional da Justiça Juvenil.

O intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras também foi ampliado, com o estabelecimento de 17 convênios de cooperação acadêmica e científica com instituições nacionais e cinco internacionais, entre eles, os convênios com a Academia Judicial de Taiwan e com a Suprema Corte da Turquia.

O rol de atividades desenvolvidas pela EPM durante o biênio demonstra que a gestão cumpriu o objetivo anunciado pelo diretor da Escola, por ocasião da posse da Diretoria e do Conselho Consultivo: buscar tudo o que fosse de interesse de magistrados e servidores, com qualidade. A gestão teve como vice-diretor o atual corregedor-geral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, e como integrantes do Conselho Consultivo e de Programas os atuais diretor e vice-diretor da Escola, desembargadores Antonio Carlos Villen e Francisco Loureiro, e os desembargadores Antonio Celso Aguilar Cortez, Claudio Luiz Bueno de Godoy, Itamar Gaino, Augusto de Siqueira e Rachid Vaz de Almeida.

Texto: Marcelo Barbosa Fotos: EPM







A Justiça paulista recebeu um importante reforço no dia 1º de março: pela seleção do 185º Concurso de Ingresso na Magistratura. realizada no Palácio da Justiça, iniciaram oficialmente s





78 juízes substitutos que passaram Após a cerimônia de posse, ua trajetória no TJSP

🦰 em dúvida, este plenário, coração da Justiça bandeirante, está lotado de familiares e amigos orgulhosos de uma grande conquista. Porém, o mais importante é que estejamos celebrando uma conquista para o País: novos magistrados tomam posse com o cargo de velar pela consecução do justo no caso concreto. A conquista pessoal há de ser uma conquista social. É o que hoje nos é confiado o que faremos nos tempos vindouros", afirmou, em nome dos novos juízes, Adriano Camargo Patussi, aprovado na 1ª colocação.

Como representante dos milhares de advogados paulistas falou Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim, que foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo para participar da banca do 185º Concurso. "A principal tarefa do juiz é cumprir e fazer cumprir o Direito Constitucional", lembrou. "O juiz é, antes de mais nada, o guardião dos direitos fundamentais."

O desembargador Ricardo Henry Maques Dip, presidente da comissão do 185° Concurso e também da Seção de Direito Público do TJSP, discursou em nome da banca e deu as boas-vindas aos novos juízes. Ele ressaltou a importância do trabalho que os empossados empreenderão na 1ª instância: "Sem bons juízes de primeiro grau, não haverá, de comum, uma verdadeira prestação de justiça!", declarou.

Ao encerrar seu pronunciamento, Dip dividiu com os presentes sua maior esperança: "Este é o meu sonho, senhor presidente, o de que o bom Deus nos preserve no fiel amor pelo Direito, no leal amor da Justiça, no honesto amor pela nossa grande Magistratura paulista e nacional, e que eu morra um dia com a retidão deste amor em meu coração! E este sonho, eu muito queria que o compartissem estes novos Juízes", afirmou o desembargador, sob estrondosos aplausos.



Justiça, desembargador Paulo e orientou os novos juízes. Primeiro, os aprovados que, "com certeza,

O presidente do Tribunal de honrarão o Tribunal de Justiça". com idealismo e dedicação". Em seguida, dirigiu-se aos recém-Dimas de Bellis Mascaretti, saudou chegados: "Vocês estão iniciando Brasil vive momento difícil, mas uma carreira promissora, que fez questão de não se deter agradeceu a banca do concurso exige muito, mas que é bastante "pelo trabalho valioso" em escolher gratificante: basta trabalhar com amor, comprometimento,

Paulo Dimas comentou que o em lamúrias ou pessimismo. "O momento é de nos unirmos e trabalharmos para vencer a crise.















O nosso Tribunal e os nossos magistrados, com certeza, são maiores do que qualquer crise." O presidente externou, ainda, sua alegria e emoção em receber os aprovados e deu valiosas lições. "Independentemente da idade ou da sua circunstância, o magistrado deve ser capaz de manter acesa no coração a chama sagrada da esperança e da perseverança", conclamou.

A mesa de honra do evento foi composta, também, pelo secretário de Estado da Justiça e da Defesa da

Cidadania, desembargador Aloísio de Toledo César, representando o governador; pelo vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; pelo corregedor-geral da Justiça de São Paulo, desembargador Manoel













Justiça SP | 17



de Queiroz Pereira Calças; pelo presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Luiz Antonio de Godoy; pelo presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Renato De Salles Abreu Filho; pelos magistrados integrantes da

banca do 185º Concurso para Ingresso na Magistratura, desembargadores Artur César Beretta da Silveira, Wanderley José Federighi e Alex Tadeu Monteiro Zilenovski; pelo presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, juiz Silvio Hiroshi Oyama; e pelo procurador de Justiça Mário Antonio de Campos Tebet, representando o procurador-geral de Justiça.

> Texto: Guilherme Amorim Fotos: Antonio Carreta, Gedeão Dias e Ricardo Lou















Como funciona





Prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher

Criada em março de 2012, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) tem trilhado uma grande batalha para garantir acesso à Justiça a todas as mulheres

urante décadas a mulher brasileira luta pela igualdade de gênero e, apesar das conquistas, as agressões – físicas e psicológicas – ainda são inúmeras. A grande maioria ocorre dentro do próprio lar, o que torna difícil a denúncia e o relato.

A Coordenadoria representa o Tribunal de Justiça nos assuntos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher; fornece subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias; encaminha relatórios sobre a matéria, inclusive os pertinentes à reestruturação de unidades judiciárias e equipes multidisciplinares, necessidades de ampliação das redes de apoio, públicas e privadas; formaliza articula magistrados parcerias;

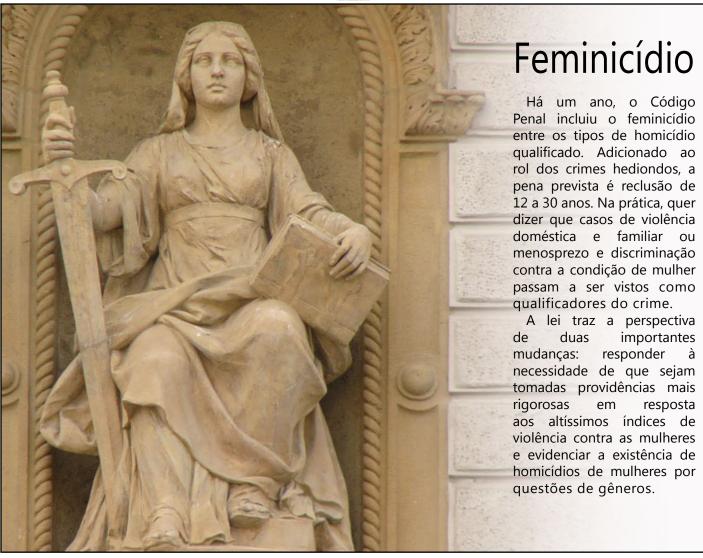
com jurisdição na área com organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em prol da melhor prestação jurisdicional; além de promover e participar de inúmeras ações em todo o Estado, como mutirões de julgamento, campanhas de esclarecimento, palestras, oficinas e seminários.

São sete varas de Violência Doméstica na Capital – duas na região sul, duas na leste, uma na região central, uma na norte e uma na oeste; no interior são mais três (São José dos Campos, Guarulhos e Sorocaba), além de dois anexos judiciais, em Suzano e Ribeirão Preto.

Formada por duas desembargadoras (a coordenadora Angélica de Maria Mello de Almeida e a vice-coordenadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida) e três juízas (Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, Maria Domitila Prado Manssur Domingos e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos), a coordenadoria conta ainda com 12 juízes colaboradores. A promessa é de agilidade no serviço e no atendimento.

Mapa da violência — Muitas mulheres não sabem que estão sendo vitimadas e permanecem condenadas a um cotidiano de violência. Conscientizar a população sobre a violência psicológica e emocional deve ser prioridade, combatendo a menor manifestação de abuso. As campanhas informativas também





são especialmente importantes, assim como a abordagem da questão no sistema de ensino em todas as suas áreas e fases.

Só em 2015, foram concedidas 10.711 medidas protetivas nos mais de 70 mil processos em andamento na Capital. Entre essas medidas estão a a restrição de visitas do agressor aos dependentes, o afastamento do lar, proibição de frequentar determinados lugares e de se aproximar da vítima. No interior a realidade não foi diferente, dos 11.700 feitos em curso, foram expedidas 4.100 medidas.

Uma das integrantes da coordenadoria, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos explica que a garantia de medidas protetivas é uma das formas de coibir a violência e proteger a vítima. "Tenho percebido

no relato das vítimas que, na maior parte das vezes, a simples intimação / cientificação do agressor resolve o problema. Nos casos em que o ciclo de violência se encontra instalado e a possibilidade de defesa e proteção são mais complicadas, é muito importante haja atenção específica. que Quando concedo medidas de proteção em situações mais graves, informo à vítima alguns procedimentos entendo que pertinentes, como ter uma cópia do mandado sempre em mãos, não ficar sozinha com o agressor no mesmo espaço físico e, em caso de suspeita de agressão, ligar para a polícia e procurar a companhia de terceiros que possam ajudar. Conhecer a violência, saber valorá-la e classificá-la, saber quando agir e de que forma agir, são essenciais se

queremos ter uma sociedade onde a violência não mais exista", afirma.

Dia Da Mulher - Para comemorar a Comesp preparou а programação especial uma para todo o mês de março: palestras realizaram-se para vítimas de agressão em parceria com ONGs, audiências especiais com mulheres agredidas, oficinas, fortalecimento de parcerias redes de proteção à mulher.

No dia 20, foi realizada a 2ª edição da Corrida Movimento pela Mulher, na região do Ibirapuera. Os participantes optaram pela corrida de 5 e 10 km ou caminhada de 5 km. O valor arrecadado com as inscrições foi doado para projetos sociais em defesa dos direitos das mulheres.

Texto: Ana Claudia Genaro



SAS em ação

Bem-estar

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem estar físico, mental e social. Confira a programação da SAS para o final de março e nos meses de abril e maio:

Marco

A partir de 7 e 11 – Retomada do Programa de Ginástica Laboral - Fórum Regional II - Santo Amaro (7) e Complexo Judiciário "Ministro Mário Guimarães" (11);

►Não deixem de conferir a Cartilha **Alongue-se no Trabalho**, disponível na Intranet – Portal do Servidor – Ação Saúde – Qualidade de Vida – Cartilha Alongue-se no Trabalho. Por meio das informações ali contidas, você terá todas as condições de praticar exercícios que o auxiliarão no combate a lesões e a se sentir melhor e mais animado para as atividades do dia a dia. Incentive seus colegas a aproveitarem esse valioso instrumento de qualidade de vida.

21, 22 e 23 – Programa "Saúde em Ação – Promoção de Saúde": Nesse programa haverá apresentação de palestra sobre promoção de saúde, abrangendo alimentação saudável, atividade física, sono e gerenciamento do stress, além de consultas preventivas médicas e de enfermagem. Será realizado no Fórum Regional I – Santana.

Abril

4 a 8 – Programa "Prevenir Odontológico II" – Agora, no Fórum João Mendes;

26 – Programa "Cuide de Sua Mente – Depressão": O programa consistirá na apresentação de palestras sobre os diversos aspectos da doença depressão e suas implicações na vida cotidiana. Será, ainda, apresentada a estrutura ambulatorial do TJSP disponível para o enfrentamento do problema. Ocorrerá no Centro Administrativo Consolação e EPM. – O programa é realizado por meio de parceria com o Serviço Psicossocial e a EJUS.

Maio

4 e 5 – Programa "Saúde em Ação – Promoção de Saúde": Dessa vez, será realizado no Fórum Regional X – Ipiranga.



Fiquem atentos à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet/Internet/Correio Eletrônico







Heitor Luiz Ferreira do Amparo é exemplo como o juiz que há mais tempo dirige um fórum no Judiciário paulista

ão queria fazer Direito. Preparei-me para ser médico. Mas antes do vestibular, no '3º científico,' dona Ivone, professora de Filosofia, me deu um conselho: 'você não tem perfil para médico, mas sim para advogado, pois tem liderança natural. conversador. Acho que leva jeito para a carreira do Direito'. Pensei que naquela altura já era tarde, pois deveria ter feito 'clássico'. Mas, mesmo assim, mudei meus planos, fiz o vestibular

para Direito e, dois meses depois dessa conversa, fui aprovado na faculdade do Largo São Francisco. Vi que ela não errou."

Dessa maneira, com fala tranquila e segura, peculiar aos magistrados experimentados, é que Heitor Luiz Ferreira do Amparo explica como enveredou pela carreira do Direito. Ele é juiz diretor do fórum de Araraquara há 29 anos. Mas, a carreira do juiz Heitor não chama atenção apenas pela longevidade à frente do cargo, mas sim pela admiração

e respeito que conquistou durante este tempo, fazendo da Comarca de Araraquara uma das mais conceituadas pelo desempenho e organização. Para ele, a primeira característica de um bom diretor de fórum é não ter vaidade. "Não deve achar que é o dono do fórum, que é todo poderoso. Você é apenas um braço da Presidência para garantir que a comarca funcione. O segredo é pensar na comarca e não em si, e não usar a função para querer ser melhor que os outros."



0 presidente. desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, disse-lhe, em recente viagem à Araraguara, que, pelo tempo de Magistratura, ele já seria presidente. Com humildade, Heitor lhe respondeu que poderia até concorrer, mas que perderia a eleição para ele. É certo que, não só pelo tempo, mas também pela experiência adquirida, Heitor teria vaga entre os desembargadores da Corte. Compartilhou o início da iornada com vários. Na mesma classe da Faculdade de Direito, estudou com o colega Luiz Antônio de hoje desembargador e Godoy, presidente da Seção de Direito Privado. Formaram-se em 1971. Cinco anos depois, ingressou na Magistratura no mesmo concurso em que participaram o atual corregedorgeral da Justiça, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, e o ex-presidente do TJSP, José Renato Nalini, ambos seus amigos.

Mas Heitor não quis sair de sua querida Araraquara para experimentar a judicatura na Capital, nem se deixou seduzir pela elevação à segunda instância, embora não tenha faltado convite. Carioca de nascimento e criado em São Paulo, ele não é um "caipira" de nascença, mais se apaixonou pelo Interior e deixou-se adotar.

Quando ingressou no Tribunal, Heitor trabalhou em Franca, Guaíba, Novo Horizonte e depois Araraquara. "Eu, na verdade, não queria vir para cá, mas sim para Ribeirão Preto ou São José dos Campos. Porém, a vida é como um rio, que contorna os caminhos sem que saibamos o porquê. Estou aqui há 33 anos. Apaixonei-me pela cidade e terminei sendo "Cidadão Araraquarense". Não me arrependo de ter permanecido. Temos que fazer escolhas. Se foram boas ou não, saberemos no fim, quando concluirmos nosso livro da vida."

Heitor confessa, porém, que em certo momento, teve vontade de alçar ao segundo grau. "O presidente Aniceto Lopes Aliende convidoume para assumir uma vara em São Paulo. O convite mexeu comigo, mas quando cheguei em casa

e vi minha filha andando de bicicleta na rua, pensei: "não tenho o direito de tirar de meus filhos a qualidade de vida que eles têm aqui no Interior. Recusei e expliquei ao presidente o motivo."

Em 1983, quando chegou, Araraquara contava com quatro juízes. "A comarca já tinha fama de ser diferenciada, a equipe de funcionários era muito qualificada e o ambiente de trabalho era

"Somos uma grande família.
Uns dependem dos outros.
Temos que entender que
somos todos iguais. Podemos
ser diferentes na aparência,
na forma, mas nossa origem
é a mesma, somos todos
filhos de Deus

sadio," ressalva Heitor. Ele assumiu a função de diretor do fórum em 1987. "Hoje, somos 19 juízes, e mantivemos o padrão. Quando a Corregedoria nos visita, recebemos sempre elogios. Aqui, a prestação jurisdicional é rápida, assim como as sentenças. O atendimento ao público é de primeira qualidade. Os juízes recebem a todos que os procuram e temos excelente relacionamento com o Ministério Público," diz com orgulho. "Quem vem de fora diz que esta é a melhor comarca do Estado. Eu acho

que é muita pretensão, mas estamos entre as cinco melhores."

A comarca possui três varas criminais, duas varas da família e sucessões, vara do júri e execução penal, vara da infância e juventude, vara da fazenda pública e vara do juizado especial cível. A sexta vara cível foi inaugurada no último dia 22 de marco.

Uma inovação implantada por Heitor que revela sua liderança conciliadora e democrática é o 'plenarinho'. Ele explica: "Qualquer decisão importante não é tomada exclusivamente por mim, diretor do fórum. Penso que nada somos se não agirmos em conjunto. Dessa forma, todas as decisões importantes são tomadas em reunião com a participação de todos os juízes."

Para lidar com tantos juízes que por ali passaram, com personalidades diferentes, Heitor receita a necessidade de se ter compreensão, respeitar as individualidades e receber bem aos que chegam. "Recentemente, os dezenove juízes da comarca assinaram um ofício pedindo que eu permanecesse por mais dois anos."

"Sou conciliador por natureza. Recebo todo mundo, ajudo todo mundo, mesmo quem é de outra circunscrição." E ajuda mesmo. Os servidores da região conhecem bem



Juiz Heitor ao lado de seu Vectra 1998. "O pessoal brinca comigo e diz que quando me aposentar, vão comprar o carro e expô-lo na frente do fórum"



sua fama de magistrado bom e justo. Ele conta que, há muitos anos, uma servidora de Ibitinga lhe procurou, acompanhada de seu marido, caminhoneiro. Estava grávida, com um bebezinho no colo, e necessitava ser transferida para Monte Alto, devido a problemas familiares. Disse que foi até ele, pois ficou sabendo que era uma boa pessoa e ajudava os funcionários. Ele conseguiu providenciar a transferência dela e, quando o filho nasceu, ela pediu permissão para dar o nome de Heitor ao menino. "Foi uma homenagem de profunda beleza, que recebi. O que você faz de bom na vida fica marcado. O que você se omite de fazer também fica marcado."

Um dos grandes orgulhos do juiz é essa relação estreita que tem com os servidores. "Somos uma grande família. Uns dependem dos outros. Temos que entender que somos todos iguais. Podemos ser diferentes na aparência, na forma, mas nossa origem é a mesma, somos todos filhos de Deus. Certa vez, os funcionários quiseram levar uma reinvindicação ao presidente do Tribunal, e eu me prontifiquei a levá-la. Quem tiver que levar uma dura, se for o caso, serei eu, disse a eles. Se não pensar desse jeito, ser diretor do fórum não tem sentido. Esta é minha opinião."

Espelho dessa relação amistosa em Araraguara é a existência do clube de funcionários e operadores do Direito, chamado AJA (Associação da Justica de Araraguara), em que são associados juízes, servidores, advogados e integrantes Ministério Público. Heitor foi um fundadores. Construído mantido com a ajuda de todos, o clube possui piscinas, campos de futebol, salão de festas, quadra de tênis e quiosques. "É um lugar muito bonito, cujos diretores atuais são servidores, fruto do relacionamento harmônico entre todos."

Outro grande orgulho de Heitor é sua família. "Fui premiado na vida. Minha esposa, Sonia Elisabete Brandini do Amparo, casou-se comigo quando tinha 16 anos de idade. Após 42 anos de casamento,



casaria com ela novamente quantas vezes fosse possível. Meus filhos me completam, não poderia querer filhos melhores. Minha filha mais velha, Adriana, é juíza da 17ª Vara Cível, no Fórum João Mendes Júnior. Minha segunda filha, Aline, é advogada e professora e meu filho caçula, André Luiz, também é advogado, e passou no concurso para o Ministério Público."

Heitor só perde o bom humor quando o assunto é aposentadoria. "Não me aposento por que gosto de ser juiz. Sou feliz e sinto-me útil aqui. Sou respeitado e os colegas querem que eu fique. Não pretendo advogar, quando me aposentar. Quando parar, parei. Não sei o que farei no futuro. Deus é que irá me mostrar. Quero apenas ter a consciência de que fiz o melhor."

Sobre o Judiciário, Heitor acredita que é preciso qualificar melhor e remunerar adequadamente os funcionários. "Não adianta o juiz ser bom se os seus funcionários não forem qualificados e remunerados de forma adequada. Pergunto: como pode haver diferença de salários entre os servidores da Justiça Federal e os do TJSP se o serviço é o mesmo? Como você

vai medir a qualidade dos serviços prestados pelos Tribunais se você não paga de forma igual? Também é necessário efetuar uma reforma séria no andamento dos processos, procedimentos simplificar incentivar a conciliação. Tenho boas expectativas em relação ao novo Conselho Superior da Magistratura. Penso ser a hora de o Tribunal valorizar o primeiro grau. O primeiro grau é a base e a sustentação do Judiciário. É preciso ouvir os juízes que estão há mais tempo no Interior e dar a todos estrutura de trabalho adequada."

Justo e competente, sereno e experiente, Heitor termina a conversa contando uma brincadeira que os juízes e servidores do fórum fazem com ele: "Sou dono de um Vectra, que adquiri zero km, em 1998. É o carro que uso até hoje. O pessoal brinca que, quando eu me aposentar, eles vão comprar o Vectra, que não valerá quase nada e vão botar na frente do fórum, como uma espécie de homenagem para que ninguém me esqueça."

Mas, o povo de Araraquara sabe que juiz como Heitor será difícil esquecer.

Texto: Dicler Antonio Fotos: Gedeão Dias



LIÇÕES

DE DIREITO

FINANCEIRO

Leitura Jurídica

Indagações sobre os limites da ação do Estado e Lições de Direito Financeiro (Revista dos Tribunais)

"Indagação Sobre os Limites da Ação do Estado" contém o que há de mais atual no mundo de hoje sobre os problemas criados pela presença do Estado no seio da sociedade. O que é o Estado? Como se origina? Quais as teorias que buscam entendê-lo? Quais os requisitos para sua existência? Estas são algumas das indagações esmiuçadas pelo livro. O autor buscou resposta para todas elas. Chega a comparar o Estado a uma pessoa física. Suas vontades formam as decisões da "pessoa jurídica". "O Estado sou eu", repete a frase de Luís XIV, informa a Editora RT. Já "Lições de Direito Financeiro" contém orientações básicas sobre o tema, elaboradas por equipe de pesquisadores da Faculdade de Direito da USP, visando instruir as pessoas que lidam com a atividade financeira e necessitam ter noções básicas dos Institutos que regem esta matéria.

Autor e coordenador-geral: Regis Fernandes de Oliveira (desembargador aposentado, professor-doutor de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo) / Coordenadores: Estevão Horvath (procurador aposentado do Estado e professor da USP), José Maurício Conti (professor associado da USP) e Fernando Facury Scaff (professor livre-docente em Direito Econômico e Financeiro da USP)



REGIS FERNANDES DE OUVERA

INDAGAÇÃO

DO ESTADO

SOBRE OS

LIMITES DA AÇÃO

Direito Privado – Teoria e Prática – 3ª Edição (Editora Saraiva)

A obra reflete a experiência do autor nas diversas áreas do Direito Privado, desde juiz substituto até ministro do Superior Tribunal de Justiça. Aliando a base teórica dos principais conceitos (recurso especial, contratos bancários, transporte, consumidor, responsabilidade médica, comunicação social, dano moral, posse e propriedade, propriedade intelectual e direito de família), o livro apresenta uma espécie de roteiro prático dos pontos controvertidos, tendo como guia a jurisprudência atual do STJ. Além disso, o autor assinalou aspectos em torno da gestão judicial e da competência da justiça do trabalho. O arremate ficou por conta de uma visão panorâmica sobre os juizados especiais e os diversos aspectos relacionados à preparação e formação dos juízes. Por abranger praticamente todos os pontos que vêm sendo julgados, especialmente no Superior Tribunal de Justiça, a obra é uma ferramenta indispensável para a prática profissional.

Luís Felipe Salomão (ministro do Superior Tribunal de Justiça)



Corrupção – Incluindo a nova Lei Anticorrupção (Quartier Latin)

No prefácio, o professor Dalmo Dalari salienta que "o tema da corrupção ganhou dimensão extraordinária no mundo de hoje, figurando entre os mais referidos e explorados pela grande imprensa. O noticiário político dedica muito espaço à corrupção, que é apontada como fator de degradação fator das instituições democráticas tradicionais, impedindo o bom governo e desviando parte considerável dos recursos públicos para as contas bancárias de pessoas e empresas, envolvendo os setores público e privado, num conluio que tem como grande vítima o povo... Por todos esses motivos, é muito oportuna a presente obra, não só por colocar o tema em realce, mas, sobretudo porque, neste livro, se faz uma abordagem ampla e diversificada, chamando a atenção para a necessidade de um conhecimento mais amplo e aprofundando da corrupção, para que ela seja combatida de modo adequado e apto para a obtenção de sua redução significativa".

Roberto Livianu (promotor de Justiça, doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP)



Compromisso em proteger as tradições e conquistas do Judiciário bandeirante

uardião da história e da memória do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Museu do TJSP desdobra-se em diversas atividades e funções a fim de cumprir sua missão. Inaugurado em 1995, ele é coordenado pelo desembargador Alexandre Moreira Germano e está sediado no Palacete Conde de Sarzedas, prédio histórico localizado no Centro de São Paulo.

De que maneira cuidar de algo imaterial como a história? Por meio da catalogação, preservação, pesquisa e exposição do vasto acervo adquirido ao longo dos anos, afirma Bruno Bettine de Almeida, supervisor do museu. Entre as diversas peças que estão sob a guarda da entidade estão processos, vestimentas, objetos

utilizados na esfera administrativa, obras de arte e móveis.

O acervo foi reunido ao longo dos anos via doações e trabalho de prospecção do próprio museu. Atualmente, o resultado desse esforço de conservação está aberto ao público no Palacete. "É a transposição de toda a parte de pesquisa para exposições, sejam permanentes ou temporárias, com a divulgação do trabalho", diz Bruno.

O museu é dividido em várias seções, cada uma com um tema. O ambiente "Escravatura" retrata a triste realidade da escravidão, com destaque para a figura de Luiz Gama, precursor da defesa jurídica do negro. Já a sala "O Júri" trata da história da instituição indispensável

para a Justiça e o Estado de Direito. O núcleo "Palacete Conde de Sarzedas", por sua vez, recria o ambiente da sala de estar da família dos descendentes de Dom Bernardo, o 5º Conde de Sarzedas. Outro núcleo importante é o "Tribunais de Alçada", que conta a história das cortes criadas nas décadas de 50 e 60 para auxiliar a segunda instância, extintas em 2004. O local pode ser visitado de segunda a sexta, das 11h às 17 horas. A entrada é gratuita.

Expansão – Ainda neste ano será inaugurada a sede regional do Museu, na 6ª Região Administrativa Judiciária, sediada em Ribeirão Preto. De acordo com Bruno Bettine, o objetivo é "preservar a história"





Regional de Itaquera, o Memorial Hely Lopes Meirelles, no prédio onde funcionam as varas da Fazenda Pública, no centro de São Paulo, e a Sala Desembargador Emeric Levai, também no Palácio da Justiça.

Sociedade — Preservar a história significa não deixá-la cair no esquecimento, e, para isso, o Museu do TJSP esforça-se para ser uma organização aberta à sociedade. Uma das formas de dialogar com o público que o museu encontrou é realizar eventos culturais na própria sede. São as "Quintas Musicais", programa que convida músicos de diversos estilos que, sem custos para o Tribunal, apresentam-se para servidores, magistrados e público em geral. Os eventos ocorrem na primeira quinta-feira de cada mês.

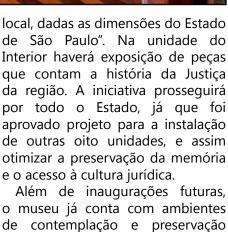
A instituição procura também estar presente em eventos que visam dar maior visibilidade aos museus e à cultura em geral. "Temos uma política de parcerias, sempre com a anuência da Presidência", afirma Bruno Bettine. 0 museu participa da Jornada do Patrimônio, da Primavera de Museus, da

Semana de Museus, e, há quase 10 anos, da Virada Cultural.

Além disso, o Museu do TJSP faz parte do Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), ligado à Secretaria da Cultura do Estado e já realizou exposições em conjunto com entidades como o Centro de Memória Eleitoral (Cemel), o Instituto Histórico-Geográfico e o Museu Penitenciário Paulista.

Palacete - Criado pela portaria 2815/95, o museu está desde 2007 na sua sede atual. O imóvel, construído em 1895, é tombado pelo Conselho Municipal Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) devido à sua importância histórica peculiaridades arquitetônicas. O nome é herança do governador da capitania de São Paulo, entre 1788 e 1797, e vice-rei da Índia entre 1806 e 1816, Dom Bernardo José de Lorena, o 5º Conde de Sarzedas. A localização, no topo de uma colina, proporciona uma vista privilegiada aos visitantes.

> Texto: Guilherme Amorim Fotos: Antonio Carreta



Além de inaugurações futuras, o museu já conta com ambientes de contemplação e preservação da história em outros locais. O "Espaço Cultural Paulo Bomfim", por exemplo, fica no segundo andar do Palácio da Justiça e abriga valioso acervo relacionado à Revolução Constitucionalista de 32 e a vida e obra do poeta, decano da Academia Paulista de Letras e integrante dos quadros do TJSP. Também fazem parte do conjunto o Memorial Young da Costa Manso, no Foro

























Justiça SP - Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches Maria Cecília Abatti Souza Cruz Liene Dias Vicente Alexandre de Lima Marcusso Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Ana Claudia Guerra Brasileiro Genaro

Dicler Rodrigues Antonio Guilherme Fujimoto Amorim Marcelo Alexandre Barbosa

Rosângela Sanches

Fotografia

Antonio Carlos Carreta

Daniel Gaiciner

Gedeão Dias da Silva

Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio

Mario Cesar Silva

<u>Revisão</u>

Guilherme Fujimoto Amorim

Rosângela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Capa (Dicler Rodrigues Antonio, Gedeão Dias da Silva e Mario Cesar Silva); Seção Imagens (Antonio Carreta, Gedeão Dias e Ricardo Lou); Seção Bem-estar (www.pexels.com); matérias: Comesp (www.wikipedia.com)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 - imprensatj@tjsp.jus.br